

**INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO
GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS (GVAA)**

Nota Técnica Científica

A educação ambiental enquanto direito fundamental

Monnizia Pereira Nóbrega

Advogada, Especialista em Direito Processual Civil, UFCG/CCJS, Professora de Direito Empresarial, UFCG/CCJS, Coordenadora do Projeto de Extensão Aplicação dos Direitos e Garantias Fundamentais. Email: monnizia@gmail.com

Petrucia Marques Sarmiento Moreira

Advogada, Especialista em Direito Processual Civil, UFCG/CCJS, Professora de Direito Civil, UFCG/CCJS, Email: petruciams@hotmail.com

Vivian Patricia Borba Borges Maracaja

Bacharela em Turismo pela FACISA - Campina Grande - PB E-mail: borbav@hotmail.com

Maria da Gloria Borba Borges

Prof. da Secretaria da Educação do Estado da Paraíba E-mail borbagloria@hotmail.com

Debora Cristina Coelho

Aluna de graduação do Curso de Agronomia. Unidade Acadêmica de Ciências Agrárias do CCTA - Universidade Federal de Campina Grande, Rua Prefeito Jairo Vieira Feitosa, S/N, Bairro dos Pereiros, 58.840-000, Pombal - PB.
E-mail: debora.coelhoo@hotmail.com

Maria Elidiana Lucas de Andrade

Aluna de graduação do Curso de Agronomia. Unidade Acadêmica de Ciências Agrárias do CCTA - Universidade Federal de Campina Grande, Rua Prefeito Jairo Vieira Feitosa, S/N, Bairro dos Pereiros, 58.840-000, Pombal - PB.
E-mail: elidiana_lucas@hotmail.com

Rubenia de Oliveira Costa

Graduanda em administração pela UFPB rubeniaadm@gmail.com

RESUMO – Com o objetivo de disseminar as premissas constitucionais, em especial o rol dos direitos e garantias fundamentais consagrados na Carta Política de 1988, o Projeto de Extensão Aplicação dos Direitos e Garantias Fundamentais em sua atuação em 2011, volta-se à educação ambiental no Município de Sousa - PB, com destaque para a juventude atendida nas oficinas pedagógicas, de forma a se buscar uma conscientização jurídica e social acerca de desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, ambiental, extensão.

Environmental education as a fundamental right

ABSTRACT - With the aim of disseminating the constitutional assumptions, in particular the role of fundamental rights and guarantees enshrined in the Charter Policy 1988 Project Application Extension of Fundamental Rights and Guarantees in its operations in 2011, back to environmental education in the city of Sousa - PB, especially the youth served by the educational workshops, in order to seek a legal and social awareness about sustainable development.

KEYWORDS: Education, environmental, extension.

INTRODUÇÃO

Por meio da aplicação dos direitos e garantias fundamentais insculpidos na Constituição Federal de 1988 e da atenção aos três fundamentos das Universidades no Brasil (ensino, pesquisa e extensão), o Projeto de Extensão Aplicação dos Direitos e Garantias Fundamentais, pautado na dignidade da pessoa humana, que compõe um dos três fundamentos da República Federativa do Brasil, juntamente com a soberania, a cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, vem para disseminar as premissas constitucionais, em especial o rol de Direitos e Garantias Fundamentais consagrados na Carta Política de 1988.

Dessa forma, o referido projeto, se apresenta como um dos meios na concretização da dignidade da pessoa humana, posto que orienta a população com o objetivo de que a mesma seja cientificada dos seus direitos e garantias fundamentais, e assim possa agir em situações de necessidade, principalmente, no âmbito judicial.

Na sua versão 2011, o Projeto “Aplicação dos Direitos e Garantias Fundamentais” propôs o estudo, a reflexão e a pesquisa por parte dos extensionistas, para que assim fosse formado um considerável nível de conhecimento, a fim de possibilitar a transmissão de tudo o que foi aprendido para a população souse. Essa transmissão de conhecimentos objetivou a conscientização da população acerca de seus direitos, para que esta possa vir a reivindicá-los, e assim ocorra a plena efetivação de tais direitos.

Pois, tem-se constatado, que a falta de conhecimento dos direitos e garantias fundamentais é um problema que impera sobre todo o Brasil, e isso torna mais lenta a prestação jurisdicional, prejudicando a eficácia legal da defesa dos direitos humanos. Portanto, torna-se necessário conhecer melhor os direitos para que a própria população reivindique dos órgãos jurisdicionais a efetividade da aplicação jurídica.

E com a agravação da ação destruidora da natureza nas últimas décadas, a preocupação com as questões ambientais pode ser verificada a nível mundial, despertando a necessidade de instituir práticas com o intuito de reparar, restaurar e preservar o meio ambiente na sua totalidade. Assim, o Direito não poderia ficar inerte ante essa triste realidade de destruição, de modo que foi criado o Direito Ambiental, com o intuito de estudar os princípios e regras tendentes a impedir a destruição do meio ambiente.

E, embora exista no Brasil, legislação regulando a questão ambiental, não é suficiente que o Direito Ambiental e a Educação Ambiental estejam assegurados na legislação para que sejam efetivados. Sua eficácia depende do conhecimento destas garantias e dos mecanismos usados para sua concretude, o que se relaciona diretamente com o objetivo do projeto, que é a divulgação das premissas constitucionais. Nesse contexto,

para assegurar a efetivação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição Federal determinou ao Poder Público a promoção da Educação Ambiental (EA).

Portanto, o principal objetivo do projeto consistiu na disseminação dos direitos à população de Sousa-PB, especialmente no que se refere aos direitos e garantias fundamentais (art. 5º, CF/88), dando ênfase ao direito ao meio ecologicamente equilibrado.

METODOLOGIA

Para a execução dos objetivos propostos pelo Projeto de Extensão “Aplicação dos Direitos e Garantias Fundamentais”, adotou-se a seguinte metodologia, que foi desenvolvida em três etapas:

1ª etapa – A primeira etapa voltou-se para a definição de metas e a construção do embasamento teórico dos extensionistas, sendo, portanto uma fase cognitiva dedicada à pesquisa, debates e discussões acerca da temática posta: Direito Ambiental.

De forma que os extensionistas puderam compreender melhor os Direitos e Garantias Fundamentais consagrados na Lei Maior. Para tanto, foram realizadas oficinas capacitadoras pelos professores orientadores do projeto, que consistiram na exposição de conhecimentos teóricos e práticos acerca de temas jurídicos e sociais relacionados à temática proposta, de forma que preparou os extensionistas para o desenvolvimento das atividades do projeto, bem como para a pesquisa e produção científica.

Ainda na 1ª etapa houve a realização do *2º Ciclo de Palestras em Direito Constitucional*, anteriormente mencionado.

2ª etapa – A segunda etapa, por sua vez, se propôs a efetivar as metas planejadas e discutidas. Assim, aplicou-se o embasamento teórico adquirido nas oficinas pedagógicas, que foram realizadas nas Escolas parceiras, conforme o seguinte roteiro:

1ª fase: Apresentação do projeto, dos extensionistas e do tema a ser abordado. Para se ter uma noção do conhecimento do público alvo, antes mesmo da explanação dos extensionistas, fez-se um debate acerca do tema a ser trabalhado.

2ª fase: Explanação dos extensionistas, transmitindo tudo o que foi aprendido nas oficinas capacitadoras. Utilizando-se de uma linguagem adequada, assim como uma postura coerente para cada idade.

3ª fase: O público alvo foi dividido em grupos, para que fossem feitas as dinâmicas, a fim de testar se houve aprendizado. As dinâmicas por serem divertidas, proporcionaram um aprendizado não-cansativo, empolgando os alunos. Sendo utilizado como incentivo as participações nas escolas, premiações como doces.

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS (GVAA)

Nota Técnica Científica

4ª fase: Nesta fase, os extensionistas voltam a explicar o conteúdo, porém tirando as principais dúvidas dos participantes, finalizando a exposição argumentativa.

5ª fase: Um texto reflexivo, referente ao tema, é entregue ao público para que haja reflexões e debates.

3ª etapa – Foi executada logo após a realização das oficinas, e consistiu na coleta de opiniões dos extensionistas e dos responsáveis pelas escolas parceiras acerca do trabalho desenvolvido pelo projeto, acompanhada da exposição dos resultados das atividades realizadas pelo projeto, de forma a reforçar um melhor entendimento acerca dos direitos e garantias fundamentais referentes ao meio ambiente.

Por fim, as atividades concentraram-se no levantamento dos dados obtidos, análise dos resultados, coleta de opiniões e sugestões dos extensionistas e escolas parceiras do projeto. Essa análise da atuação do projeto deu-se através de fichas de avaliação, entregues aos extensionistas e aos atendidos pelo projeto, nas quais estes puderam avaliar quantitativa e qualitativamente o desempenho do projeto.

RESULTADOS

No que se refere à capacitação dos extensionistas, foram implementados debates e discussões acerca do Direito e Educação Ambiental, além das oficinas capacitadoras ministradas pelo professores orientadores do projeto e por professores convidados, além dos seminários proferidos pelos próprios extensionistas sobre o tema proposto, configurando assim um método inovador de aprendizagem dos mesmos.

Quanto à realização das oficinas pedagógicas nas escolas públicas e privadas, observou-se o seu real e concreto cumprimento. Foram realizadas 05 (cinco) oficinas nas escolas parceiras do projeto (Escola Estadual de Ensino Fundamental Batista Leite, Escola Estadual de Ensino Médio Mestre Júlio Sarmento, Escola Estadual de Ensino Médio André Gadelha, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e Colégio Monteiro Lobato).

Ocorreu ainda a realização do 2º Ciclo de Palestras em Direito Constitucional, realizado no dia 03 de junho, adotando como temática *Direito Ambiental: Recursos Hídricos e Controle Do Passivo Ambiental*, e contou com a presença de 217 (duzentas e dezessete) pessoas. Tal evento disseminou ainda mais o tema tratado pelo projeto, uma vez que houve ampla repercussão no CCJS (Centro de Ciências Jurídicas e Sociais) e na sociedade sousense, pois teve como meta além da transmissão de conhecimentos, a arrecadação de alimentos para serem doados a abrigos de idosos do município.

No campo das produções científicas, houve a apresentação de artigo científico pelos coordenadores, orientadores e extensionistas nos seguintes eventos: II Congresso Nacional de Educação Ambiental (apresentação do trabalho “*Educação ambiental e Extensão Universitária na UFCG : Prática de*

Conscientização Ambiental na Cidade de Sousa – PB na cidade de Sousa”) ; I Colóquio de Educação Ambiental para o Semiárido Nordeste (apresentação do trabalho intitulado “*Educação Ambiental Sociojurídica em escolas públicas e privadas na cidade de Sousa – PB*) e Encontro Unificado de Iniciação Científica e Extensão, promovido pela UFCG.

CONCLUSÕES

Demonstrando-se assim, ser o projeto, um verdadeiro mecanismo de disseminação dos direitos e garantias fundamentais, tanto à comunidade acadêmica, mas principalmente à população sousense, pois uma sociedade conhecedora de seus direitos estará apta a reivindicar a real efetivação dos mesmos.

Daí o grande valor do Projeto e a relevância do seu tema para o cotidiano do público atendido, posto que é de suma importância que a comunidade sousense tenha o maior conhecimento possível dos seus direitos, e possa se mobilizar no momento da sua aplicação. Por conseguinte, resta justificada o porquê da escola ter sido escolhida como meio disseminador pedagógico e instrutivo dos direitos fundamentais, pois tem a mesma uma imensa responsabilidade na formação ético-profissional do aluno, ante o papel informativo que possui, imprimindo assim todo o fundamento dos direitos e garantias fundamentais

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Manual de Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

FARIAS, Talden. **Licenciamento Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GEBRAN NETO, João Pedro. **Aplicação imediata dos direitos e garantias individuais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo Atlas, 2007.

_____, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2001.

MORAES, Luís Carlos Silva de. **Curso de Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SARVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito**

**INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO
GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS (GVAA)**

Nota Técnica Científica

Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2011.

SEABRA, G. **Educação Ambiental: caminhos para conservação da sociobiodiversidade.** In: Educação Ambiental no Mundo Globalizado. Giovanni Seabra (org.). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.

SILVA, P. S. **Ações efetivas da Educação Ambiental na prática escolar.** In: Educação Ambiental no Mundo Globalizado. Giovanni Seabra (org.). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros, 2001.

TRENNEPOHL, Terence Dorneles. **Manual de Direito Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2010.